



PAPERS DO NAEA

ISSN 15169111

PAPERS DO NAEA Nº 266

**TERRITÓRIOS RURAIS E O PROCESSO DE
DESENVOLVIMENTO LOCAL**

**Tereza Ximenes
Marília Emmi**

Belém, Março de 2010

O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) é uma das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Fundado em 1973, com sede em Belém, Pará, Brasil, o NAEA tem como objetivos fundamentais o ensino em nível de pós-graduação, visando em particular a identificação, a descrição, a análise, a interpretação e o auxílio na solução dos problemas regionais amazônicos; a pesquisa em assuntos de natureza socioeconômica relacionados com a região; a intervenção na realidade amazônica, por meio de programas e projetos de extensão universitária; e a difusão de informação, por meio da elaboração, do processamento e da divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região. O NAEA desenvolve trabalhos priorizando a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Com uma proposta interdisciplinar, o NAEA realiza seus cursos de acordo com uma metodologia que abrange a observação dos processos sociais, numa perspectiva voltada à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional na Amazônia.

A proposta da interdisciplinaridade também permite que os pesquisadores prestem consultorias a órgãos do Estado e a entidades da sociedade civil, sobre temas de maior complexidade, mas que são amplamente discutidos no âmbito da academia.

Papers do NAEA - Papers do NAEA - Com o objetivo de divulgar de forma mais rápida o produto das pesquisas realizadas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e também os estudos oriundos de parcerias institucionais nacionais e internacionais, os Papers do NAEA publicam textos de professores, alunos, pesquisadores associados ao Núcleo e convidados para submetê-los a uma discussão ampliada e que possibilite aos autores um contato maior com a comunidade acadêmica.



Universidade Federal do Pará

Reitor

Carlos Edilson de Almeida Maneschy

Vice-reitor

Horacio Schneider

Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação

Emmanuel Zagury Tourinho

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

Diretor

Armin Mathis

Diretor Adjunto

Fábio Carlos da Silva

Coordenador de Comunicação e Difusão Científica

Silvio Lima Figueiredo

Conselho editorial do NAEA

Armin Mathis

Edna Maria Ramos de Castro

Fábio Carlos da Silva

Juarez Carlos Brito Pezzuti

Luis Eduardo Aragon

Marília Ferreira Emmi

Nirvia Ravena

Oriana Trindade de Almeida

Setor de Editoração

E-mail: editora_naea@ufpa.br

Papers do NAEA: Papers_naea@ufpa.br

Telefone: (91) 3201-8521

Paper 266

Revisão de Língua Portuguesa de responsabilidade do autor.

TERRITÓRIOS RURAIS E O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Tereza Ximenes¹, Marília Emmi²

Resumo:

Este trabalho analisa as organizações sociais (associações, cooperativas, sindicatos) nas atividades pesqueiras, em Bragança e Santarém, municípios situados respectivamente no nordeste e oeste do estado do Pará. Parte de uma visão integradora de espaços destaca os fatores que dificultam as ações coletivas, a construção de soluções cooperativas para problemas comuns e discute como as redes sociais podem criar um padrão de governança que, dependendo do grau de integração, produzem maior eficiência e facilitam as negociações coletivas.

Palavras-Chave: Organizações sociais. Pará. Ações coletivas. Redes sociais.

¹ Professora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos-UFPA.

² Professora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos-UFPA

INTRODUÇÃO

As experiências que estão obtendo sucesso na estratégia de motivar as populações locais, de organizá-las e treiná-las para a realização de projetos em territórios rurais revelam que nos territórios onde os indivíduos, as organizações estão mais conectados e a rede de relações sociais, em seu conjunto está integrada, superam-se, mais facilmente, os problemas que dificultam a construção de estratégias cooperativas no processo de desenvolvimento local. (Ximenes, 2008).

A Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (RedeSist), coordenada pelo Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, considera que os sistemas locais de produção e inovação referem-se a conjuntos de agentes econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território, que apresentam vínculos consistentes de articulação, interação, cooperação e aprendizagem. Incluem não apenas empresas – produtoras de bens e serviços finais, fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de serviços, distribuidoras, clientes, etc. e suas formas de representação e associação – mas também outras instituições públicas e privadas à formação e treinamento de recursos humanos, pesquisa, desenvolvimento e engenharia, promoção e financiamento. Com relação aos arranjos locais ainda não inteiramente constituídos, a RedeSist adotou o conceito operacional de arranjos produtivos locais (APL) para incluir as aglomerações produtivas cujas articulações entre os agentes locais não é suficientemente desenvolvida para caracterizá-las como sistemas.

Sistemas locais, arranjos produtivos locais, territórios rurais, desenvolvimento local, clusters, regiões de aprendizagem, pólos rurais, são expressões que vêm sendo ora valorizadas, ora criticadas. Brandão (2007) na discussão de território e desenvolvimento critica a revalorização do território e do que ele chama de “endogenia exagerada” (sistemas locais de inovação, economia solidária, empreendedorismo, microiniciativas etc.). Afirma que muitos trabalhos referentes aos estudos localistas negligenciam as hierarquias inter-regionais, a visão integradora de espaços, atores sociais, mercados, as políticas públicas de intervenção e as mediações entre o local e o global.

Os debates sobre esses temas não são recentes, foram intensificados em trabalhos que debatem o mundo globalizado, a relação local/ global, espaço/ tempo, como, por exemplo, Octavio Ianni (1992), Milton Santos (1997, 2000). Hassan Zaoul (2003) dá uma excelente contribuição ao discutir a teoria do local e sua dialética com o global, designada como teoria dos “sítios simbólicos de pertencimento”. Abramovay (2000), discutindo as funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo, chama atenção para os limites das definições de “rural” que não pode ser confundido com a base geográfica de certo setor econômico (o desenvolvimento rural não se reduz ao crescimento agrícola) nem considerado como um resíduo daquilo que não pertence às cidades.

Em torno do desenvolvimento rural, o autor identifica a convergência de duas correntes contemporâneas de pensamento - uma que enfatiza a dimensão territorial do desenvolvimento, que não está voltada para apontar vantagens ou obstáculos geográficos de localização e sim estudar a montagem de redes, das convenções, das instituições que permitem ações cooperativas, que incluem a conquistas de bens públicos como: educação, saúde, informação, capazes de enriquecer o tecido social

de certa localidade - outra corrente tem como base a incorporação da noção de capital social como um conjunto de recursos capazes de promover a melhor utilização dos ativos econômicos pelos indivíduos e pelas empresas. Conforme Abramovay (2000) a convergência entre estas duas correntes de idéias permite que se ampliem os horizontes de reflexão sobre o meio rural.

Em 2005, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) apresentaram o Marco Referencial para o Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais e adotaram a seguinte definição de território:

espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições - e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial

Justificaram essa abordagem de território por quatro aspectos a) porque o rural não se resume ao agrícola; b) porque a escala municipal é muito restrita para o planejamento e organização de esforços visando à promoção do desenvolvimento; c) porque nos últimos anos tem se acentuado o movimento de descentralização de políticas públicas, com a atribuição de competências e atribuições aos espaços locais; d) o território é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade entre pessoas, grupos sociais e instituições que podem ser mobilizadas e convertidas em um trunfo para o estabelecimento de iniciativas voltadas para o desenvolvimento.

MATERIAL E MÉTODO

Os dados que subsidiam o texto foram obtidos na pesquisa “Estudo para identificação, caracterização e implantação dos pólos de inovação tecnológica no estado do Pará”. (Projeto Estruturante do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação – FINEP/UFPA/Governo do Estado do Pará 2006 a 2009). Teve por objetivo identificar e caracterizar os pólos de inovação tecnológica e os arranjos produtivos locais, reais ou potenciais nos municípios que compõem a Zona de Consolidação e Expansão das Atividades Produtivas (ZCEP), definida pelo Macrozoneamento Econômico-Ecológico do Estado do Pará. Os estudos foram realizados por uma equipe de profissionais, com diferentes formações que dividiram a pesquisa em quatro grandes áreas: institucional, econômica, sócio cultural, cenários / impactos ambientais.

Para o estudo da dimensão sócio-cultural foi elaborado um instrumento de coleta de dados (anexo 1) que objetivou: a) a análise da capacidade organizacional de cooperativas, sindicatos e associações das comunidades pesqueiras nos municípios de Santarém e Bragança, situados respectivamente no oeste e nordeste do estado do Pará; b) o nível de interação e de comunicação dos atores sociais envolvidos; c) a caracterização da rede de relações e o estoque de capital social. Foram entrevistados 2 associações, 2 cooperativas, 3 sindicatos e 10 pescadores em Santarém e 1 associação, 3 cooperativas, 2 sindicatos e 10 pescadores, em Bragança.

Também foram utilizados dados da pesquisa realizada por Santana (2007) que foi direcionada para o estudo das aglomerações empresariais de pesca em Bragança (água salgada) e Santarém (água doce). Essas aglomerações são formadas de microempresas e empresas de pequeno porte, de acordo

com o número de pessoas ocupadas. Essa pesquisa visou identificar os fatores positivos que podem se transformar em vantagens competitivas e as dificuldades que as empresas estão enfrentando para se desenvolverem. Além disso, procurou aferir a disponibilidade e grau de habilidade da mão-de-obra, a utilização de inovações tecnológicas, à inserção no mercado e as ações cooperativas. Tudo isso para ser avaliada a possibilidade de transformar essas aglomerações empresariais em APL. Os dados foram obtidos em questionários, aplicados junto a 12 empresas (nove micro e três pequenas), com 177 empregos em Bragança e nove empresas (seis micro e três pequenas) com 231 empregos em Santarém, no ano de 2007.

1 - A COMPLEXIDADE DA ATIVIDADE PESQUEIRA

As duas pesquisas, acima mencionadas, consideram que as empresas de pesca em Bragança e Santarém ainda são embriões estruturais, em diferentes estágios de formação, de Arranjos Produtivos Locais (APL). A mudança de um estágio embrionário de aglomeração para um APL depende de melhorias continuadas no processo de mudança que não devem ocorrer por decisões governamentais, mas por iniciativas empreendedoras locais que vão construindo mecanismos de cooperação e gestão.

A heterogeneidade da atividade pesqueira na Amazônia é um fato a ser considerado nos estudos sobre o tema e na formulação das políticas públicas voltadas para a pesca. Essa região contém duas grandes regiões hidrográficas, a Amazônia, com 6.974.410 km² e a Tocantins-Araguaia, com 967.059 km² abrangendo um complexo sistema de rios, igarapés, lagos e outros tipos de ambientes aquáticos, que abrigam uma rica diversidade biológica. O estado do Pará com uma área de 1.274.689,5 km² possui 40% das águas internas do Brasil e 62% das águas internas da Amazônia Brasileira. Muitas atividades econômicas da região baseiam-se no uso de recursos aquáticos, os quais estão sob risco crescente devido à expansão descontrolada e deficiência no planejamento das atividades com grande impacto nas bacias, dentre as quais se destacam a exploração dos recursos pesqueiros (Santana, 2008)

A pesca artesanal é responsável por aproximadamente 50% da captura, sendo o restante resultado da pesca empresarial-industrial. Os incentivos fiscais aumentaram o número de empresas pesqueiras, como resultado os estoques pesqueiros passaram a sofrer um esforço de sobrepesca muito além do suportável. Após devastar os cardumes na zona costeira do Sul e do Sudeste, de onde provinha a grande maioria das empresas, os barcos da pesca industrial passaram a operar no Norte do País, repetindo os mesmos processos de pesca predatória (Diegues, 2002)

As bases de sustentação econômica tanto em Santarém como em Bragança encontram-se assentadas no setor primário: pesca, a pecuária, a agricultura de subsistência, exploração madeireira, e (exploração mineral, em Santarém) Essas atividades são desenvolvidas com poucas iniciativas de verticalização da produção e com pequena agregação de valor aos produtos.

A pesca artesanal ocupa expressivo contingente da população economicamente ativa. A partir da década de 1970, as comunidades ribeirinhas da região do Baixo Amazonas preocupadas com a diminuição dos recursos pesqueiros dos lagos locais, começaram a se organizar para expulsar os pescadores comerciais e definir regras para a exploração de recursos locais. Essa iniciativa recebeu

apoio da Igreja Católica, por meio do Movimento Educacional de Base (MEB) e da Comissão Pastoral da Terra. Para fortalecimento de ações coletivas visando o estabelecimento de regras de acesso aos lagos e aos seus estoques pesqueiros criaram-se os acordos comunitários denominados “acordos de pesca”, que especificam as normas, as regras e as sanções para aqueles que desrespeitarem o que for determinado coletivamente. Manejos comunitários são iniciativas que envolvem esforços cooperativos no processo de estabelecimento de regras de uso e de acesso aos recursos comuns explorados localmente, como ocorrem nas regiões de várzea do rio Amazonas.

Em Santarém, McGrath (1998) estudou diferentes sistemas de manejo a fim de entender e avaliar em que medida a natureza do regime de manejo comunitário teria um efeito sobre a produtividade da atividade pesqueira. Muitas observações subsidiaram o desenvolvimento do manejo da pesca naquela localidade: (a) a pesca mais produtiva dependia da criação de fontes de renda alternativas para que os pescadores pudessem reduzir a pesca para a sobrevivência das comunidades pesqueiras; (b) as políticas de pesca precisavam ser modificadas a fim de proporcionar uma efetiva base jurídica para o manejo comunitário; (c) havia necessidade de projetos de qualificação profissional dos membros das comunidades.

A base do movimento de lagos controlada pelas comunidades, segundo McGrath (2005), constitui-se em uma nova concepção de territorialidade. Para ele, a partir desse momento, as comunidades começaram a reivindicar direitos territoriais sobre lagos e recursos naturais que tradicionalmente exploravam. Em geral, o reconhecimento de um território comunitário estava ligado ao conceito de propriedade privada, pelo fato de os lagos nos fundos das propriedades serem considerados como parte da comunidade. Em alguns casos, esse direito era justificado não pela posse da terra ao redor dos lagos, mas pelo uso tradicional de lagos, próximos à comunidade.

À medida que a população ribeirinha aumenta e o estoque pesqueiro diminui surgem os conflitos cujos principais atores são, de um lado, os ribeirinhos, pescadores das comunidades locais que reivindicam o direito de exploração do recurso que tradicionalmente atende às suas necessidades e, de outro, os pescadores “de fora” provenientes de outros locais que estão nos grandes barcos de empresas voltadas para a pesca comercial. (Ximenes, 2008).

Na pesca artesanal a família é a principal força de trabalho e, na divisão sexual do trabalho, cabe aos homens a atividade da captura do pescado que geralmente é realizada com a ajuda de parentes, amigos e vizinhos. O grande compromisso é assegurar o pescado para o consumo familiar, a comercialização do excedente, muitas vezes, fica por conta do atravessador. Este ocupa um papel importante na cadeia produtiva da esca, usando o sistema de aviamento, individualmente ou em parceria com as firmas de pesca, financia as viagens (combustível e alimentação) e outros insumos necessários às pescarias, em troca de garantia de fornecimento do pescado.

Na pesca comercial o processo de trabalho envolve vários indivíduos: o empresário que objetiva tornar seu empreendimento economicamente viável e comercialmente competitivo. Para isso estabelece formas contratuais de trabalho com indivíduos que cumprem atividades específicas: dirigir o barco, praticar a pesca, classificar o tipo de pescado, fiscalizar e tornar viável o processo de trabalho.

Com a intensificação das atividades pesqueiras tanto a pesca comercial quanto a artesanal, atualmente, estão enfrentando outros problemas que são decorrentes de modificações no ecossistema, consequência de intervenções humanas como, por exemplo, a) a construção de hidrelétricas que

alteram o regime de inundações periódicas das várzeas dos rios e impedem as migrações reprodutivas; b) o garimpo que causa assoreamento e lança mercúrio nas águas; c) o desmatamento resultante da comercialização da madeira e dos grandes projetos agropecuários. Bezerra e Ximenes (2008).

Há iniciativas para melhoria da atividade pesqueira que vêm sendo desenvolvidas pelo Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) órgão executor de gestão dos recursos pesqueiros de águas continentais que tem como atribuição zelar pela preservação das espécies e do meio ambiente, com competência de normatizar as condições de uso e sustentabilidade dos recursos pesqueiros. (Rufino,2005).

Nessa perspectiva há outras entidades nacionais votadas para o setor como a Confederação Nacional dos Pescadores (CNP), o Conselho Nacional de Pesca e Aqüicultura (CONEPE) o Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE). A constituição de um Conselho Regional da Pesca é feita a partir de uma organização civil, com estatuto social e registro de pessoa jurídica. Entretanto, como afirma Rufino “as entidades têm dificuldade em representar o universo de interesse de uma atividade tão cheia de conflitos como a atividade pesqueira”(…) e acrescenta: não é possível adotar um comportamento linear ou generalista. Para cada tipo de pesca ou para cada região, a interlocução tem que levar em consideração a história, a herança, a tradição (...) (Rufino,2005:45 e 46).

2 – REDES DE RELAÇÕES NOS TERRITÓRIOS RURAIS

Santana (2008) mostra que diversas formas de ação cooperada foram apontadas pelas empresas de pesca em Bragança e Santarém, porém apenas a participação conjunta para obtenção de financiamento fez parte das ações coletivas das microempresas de pesca de Bragança, com relevância intermediária.. As demais ações receberam avaliação baixa ou nula. Com relação às pequenas empresas, as ações coletivas com relevância intermediária foram: reivindicações, vendas conjuntas de produto e capacitação de recursos humanos (Tabela 1). As demais formas de ações coletivas, como a compra de insumos, desenvolvimento de produtos, obtenção de crédito foram consideradas de importância baixa ou nula.

Em Santarém, as formas de ação coletiva, no grupo de empresas estudadas, foram classificadas como de importância insignificante para a construção de vantagens competitivas sustentáveis. Além disso, observou também que a ação cooperada das empresas além de embrionária, se restringe ao ambiente empresarial.

Tabela 1. Formas de cooperação das empresas de pesca dos APL de Bragança e Santarém, 2007.

Descrição - Bragança	Micro					Pequena				
	Nula	Baixa	Média	Alta	Índice*	Nula	Baixa	Média	Alta	Índice*
1. Compra de insumos e equipamentos	0 0,0%	1 25,0%	1 25,0%	2 50,0%	0,32	0 0,0%	0 0,0%	1 50,0%	1 50,0%	0,53
2. Venda conjunta de produtos	2 50,0%	0 0,0%	0 0,0%	2 50,0%	0,22	1 33,3%	0 0,0%	0 0,0%	2 66,7%	0,67
3. Desenvolvimento de Produtos e processos	3 75,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 25,0%	0,11	1 50,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 50,0%	0,33
4. Design e estilo de Produtos	4 100,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0,00	2 100,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0,00

5. Capacitação de Recursos Humanos	3 60,0%	0 0,0%	0 0,0%	2 40,0%	0,22	1 33,3%	1 33,3%	0 0,0%	1 33,3%	0,43
6. Obtenção de financiamento	1 20,0%	0 0,0%	1 20,0%	3 60,0%	0,40	0 0,0%	1 50,0%	1 50,0%	0 0,0%	0,30
7. Reivindicações	2 50,0%	1 25,0%	1 25,0%	0 0,0%	0,10	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	2 100,0%	0,67
8. Participação conjunta em feiras, etc	4 100,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0,00	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 100,0%	0,33
9. Outras	2 50,0%	0 0,0%	1 25,0%	1 25,0%	0,18	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0,00
Descrição - Santarém	Micro					Pequena				
	Nula	Baixa	Média	Alta	Índice*	Nula	Baixa	Média	Alta	Índice*
1. Compra de insumos e equipamentos	2 40,0%	0 0,0%	1 20,0%	2 40,0%	0,43	1 33,3%	0 0,0%	2 66,7%	0 0,0%	0,40
2. Venda conjunta de produtos	3 60,0%	0 0,0%	1 20,0%	1 20,0%	0,27	3 100,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0,00
3. Desenvolvimento de Produtos e processos	3 60,0%	0 0,0%	0 0,0%	2 40,0%	0,33	1 33,3%	1 33,3%	1 33,3%	0 0,0%	0,30
4. Design e estilo de Produtos	3 60,0%	0 0,0%	0 0,0%	2 40,0%	0,33	2 66,7%	1 33,3%	0 0,0%	0 0,0%	0,10
5. Capacitação de Recursos Humanos	2 40,0%	0 0,0%	2 40,0%	1 20,0%	0,37	1 33,3%	1 33,3%	1 33,3%	0 0,0%	0,30
6. Obtenção de financiamento	3 60,0%	1 20,0%	0 0,0%	1 20,0%	0,22	1 33,3%	1 33,3%	1 33,3%	0 0,0%	0,30
7. Reivindicações	3 60,0%	1 20,0%	0 0,0%	1 20,0%	0,22	2 66,7%	1 33,3%	0 0,0%	0 0,0%	0,10
8. Participação conjunta em feiras, etc	3 60,0%	0 0,0%	1 20,0%	1 20,0%	0,27	2 66,7%	1 33,3%	0 0,0%	0 0,0%	0,10
9. Outras	2 100,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0,00	1 50,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 50,0%	0,33

*Índice = (0*Nº Nulas + 0,3*Nº Baixas + 0,6*Nº Médias + Nº Altas) / (Nº Total de Empresas)

Fonte: pesquisa de campo. Antônio Cordeiro Santana. 2007

A pesquisa coordenada por Ximenes (2008) os tópicos que avaliam a rede de relações, o grau de confiança e solidariedade, ou seja, “quem se relaciona com quem” e “com que frequência”, revelam diferenças entre as comunidades pesqueiras em Santarém e em Bragança. As organizações sociais (cooperativas, associações e sindicatos) nas comunidades pesqueiras de Santarém revelam um maior nível de interação, os laços sociais existentes entre os indivíduos das organizações são mais fortes, tendo por base as relações de parentesco, de amizade e de partido político o que favorece maior participação nas ações coletivas e na vida associativa. Em Bragança, as organizações sociais têm um menor grau de interação, a defesa de interesses e a ação coletiva são mais frequentes quando há movimentos para a conquista de bens materiais que resultam em benefícios sociais. (abertura de estradas vicinais, transporte coletivo, aquisição de geleiras para armazenamento do pescado), o baixo nível de capital social aumenta a dificuldade de cooperação e a realização de ações solidárias efetivas.

Os dados relativos à diminuição dos custos de produção como a compra conjunta de insumos, o acesso ao crédito bancário, o aumento do poder de negociação na colocação dos produtos que se alinham como benefícios do trabalho cooperativo, ainda são pouco significativos nos dois locais pesquisados. Esses fatos geram obstáculos na construção de uma base organizacional que facilite o aprendizado interativo.

3 - O CAPITAL HUMANO NO SETOR PESQUEIRO

As informações (Tabela 2) mostram que a mão-de-obra nos empreendimentos da pesca em Bragança e Santarém se enquadra na categoria de baixa qualificação, o percentual de pessoas ocupadas com o ensino médio completo é muito baixo. O nível de instrução formal (educação básica e superior) constitui o ponto mais dramático. Muitos entrevistados consideram que a melhoria do nível educacional, o treinamento, a capacitação de recursos humano são importantes para manter a eficiência produtiva, atualização técnica e assegurar o fluxo contínuo de criação de vantagens competitivas.

Tabela 2. Escolaridade do pessoal do setor da pesca. Bragança e Santarém, 2007.

Grau de Ensino – Bragança	Micro	Pequena
1. Analfabeto	30 42,3%	0 0,0%
2. Ensino Fundamental Incompleto	4 5,6%	0 0,0%
3. Ensino Fundamental Completo	26 36,6%	33 61,1%
4. Ensino Médio Incompleto	1 1,4%	15 27,8%
5. Ensino Médio Completo	10 14,1%	0 0,0%
6. Superior Incompleto	0 0,0%	0 0,0%
7. Superior Completo	0 0,0%	6 11,1%
8. Pós-Graduação	0 0,0%	0 0,0%
Total	71 100,0%	54 100,0%
Grau de Ensino – Santarém	Micro	Pequena
1. Analfabeto	0 0,0%	0 0,0%
2. Ensino Fundamental Incompleto	13 20,6%	52 39,4%
3. Ensino Fundamental Completo	10 15,9%	20 15,2%
4. Ensino Médio Incompleto	13 20,6%	33 25,0%

5. Ensino Médio Completo	19 30,2%	12 9,1%
6. Superior Incompleto	5 7,9%	5 3,8%
7. Superior Completo	3 4,8%	9 6,8%
8. Pós-Graduação	0 0,0%	1 0,8%
Total	63 100,0%	132 100,0%

Fonte: pesquisa de campo. Antônio Cordeiro Santana (2007)

Nas empresas de pesca de Bragança, todos os itens de treinamento da mão-de-obra na empresa foram considerados de relevância baixa. Em Santarém, por outro lado, todos os itens de treinamento na empresa foram classificados como de intermediária relevância para a competitividade das empresas (Tabelas 3 e 4). Os dados mostram que as empresas dificilmente terão ganhos de competitividade coletiva em curto ou médio prazo. As ações de política pública para promover a implantação de inovações tecnológica de processo, produto e gestão precisam superar a deficiência de capital humano.

Tabela 3. Treinamento e capacitação de recursos humanos de Bragança e Santarém, 2007.

Descrição - Bragança	Micro					Pequena				
	Nula	Baixa	Média	Alta	Índice*	Nula	Baixa	Média	Alta	Índice*
1. Melhor utilização de técnicas produtivas, equipamentos, insumos e componentes	4 57,1%	1 14,3%	1 14,3%	1 14,3%	0,27	0 0,0%	1 100,0%	0 0,0%	0 0,0%	0,30
2. Maior capacitação para realização de modificações e melhorias em produtos e processos	4 57,1%	2 28,6%	1 14,3%	0 0,0%	0,17	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0,00
3. Melhor capacitação para desenvolver novos produtos e processos	5 83,3%	0 0,0%	1 16,7%	0 0,0%	0,10	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0,00
4. Maior conhecimento sobre as características dos mercados de atuação da empresa	5 71,4%	0 0,0%	1 14,3%	1 14,3%	0,23	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0,00
5. Melhor capacitação administrativa	5 62,5%	0 0,0%	3 37,5%	0 0,0%	0,23	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0,00
Descrição - Santarém	Micro					Pequena				
	Nula	Baixa	Média	Alta	Índice*	Nula	Baixa	Média	Alta	Índice*
1. Melhor utilização de técnicas produtivas, equipamentos, insumos e componentes	2 40,0%	0 0,0%	1 20,0%	2 40,0%	0,52	1 33,3%	0 0,0%	1 33,3%	1 33,3%	0,53
2. Maior capacitação para realização de modificações e melhorias em produtos e processos	2 40,0%	0 0,0%	1 20,0%	2 40,0%	0,52	1 33,3%	0 0,0%	0 0,0%	2 66,7%	0,67
3. Melhor capacitação para desenvolver novos produtos e processos	2 40,0%	0 0,0%	2 40,0%	1 20,0%	0,44	1 33,3%	0 0,0%	1 33,3%	1 33,3%	0,53
4. Maior conhecimento sobre as características dos mercados de atuação	2 40,0%	0 0,0%	0 0,0%	3 60,0%	0,60	1 33,3%	0 0,0%	2 66,7%	0 0,0%	0,40

da empresa										
5. Melhor capacitação administrativa	2	0	0	3	0,60	1	0	1	1	0,53
	40,0%	0,0%	0,0%	60,0%		33,3%	0,0%	33,3%	33,3%	

*Índice = (0*Nº Nulas + 0,3*Nº Baixas + 0,6*Nº Médias + Nº Altas) / (Nº Empresas no Segmento)

Fonte: pesquisa de campo. Antônio Cordeiro Santana (2007)

Tabela 4. Fatores competitivos de localização enfrentados pelas empresas de pesca de Bragança e Santarém, 2007.

Fatores competitivos - Bragança	Micro					Pequena				
	Nula	Baixa	Média	Alta	Índice*	Nula	Baixa	Média	Alta	Índice*
1. Qualidade da matéria-prima e outros insumos	0 0,0%	1 12,5%	2 25,0%	5 62,5%	0,81	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	3 100,0%	1,00
2. Qualidade da mão-de-obra	0 0,0%	0 0,0%	1 12,5%	7 87,5%	0,95	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	3 100,0%	1,00
3. Custo da mão-de-obra	1 12,5%	1 12,5%	0 0,0%	6 75,0%	0,79	0 0,0%	0 0,0%	2 66,7%	1 33,3%	0,73
4. Nível tecnológico dos equipamentos	1 11,1%	0 0,0%	1 11,1%	7 77,8%	0,84	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	3 100,0%	1,00
5. Capacidade de introdução de novos produtos/processos	5 71,4%	1 14,3%	0 0,0%	1 14,3%	0,19	0 0,0%	0 0,0%	2 66,7%	1 33,3%	0,73
6. Desenho e estilo nos produtos	5 83,3%	0 0,0%	0 0,0%	1 16,7%	0,17	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	2 100,0%	1,00
7. Estratégias de comercialização	2 33,3%	1 16,7%	0 0,0%	3 50,0%	0,55	0 0,0%	0 0,0%	2 66,7%	1 33,3%	0,73
8. Qualidade do produto	0 0,0%	0 0,0%	2 28,6%	5 71,4%	0,89	0 0,0%	0 0,0%	1 50,0%	1 50,0%	0,80
9. Capacidade de atendimento (volume e prazo)	2 33,3%	0 0,0%	0 0,0%	4 66,7%	0,67	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	3 100,0%	1,00
10. Outra	3 60,0%	0 0,0%	0 0,0%	2 40,0%	0,40	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 100,0%	1,00
Fatores competitivos - Santarém	Micro					Pequena				
	Nula	Baixa	Média	Alta	Índice*	Nula	Baixa	Média	Alta	Índice*
1. Qualidade da matéria-prima e outros insumos	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	6 100,0%	1,00	0 0,0%	0 0,0%	1 33,3%	2 66,7%	0,87
2. Qualidade da mão-de-obra	1 16,7%	0 0,0%	2 33,3%	3 50,0%	0,70	1 33,3%	0 0,0%	1 33,3%	1 33,3%	0,53
3. Custo da mão-de-obra	1 16,7%	0 0,0%	2 33,3%	3 50,0%	0,70	1 33,3%	1 33,3%	0 0,0%	1 33,3%	0,43
4. Nível tecnológico dos equipamentos	1 16,7%	0 0,0%	2 33,3%	3 50,0%	0,70	1 33,3%	0 0,0%	1 33,3%	1 33,3%	0,53
5. Capacidade de introdução de novos produtos/processos	2 33,3%	1 16,7%	0 0,0%	3 50,0%	0,55	1 33,3%	0 0,0%	1 33,3%	1 33,3%	0,53

6. Desenho e estilo nos produtos	3	1	0	2	0,38	1	0	1	1	0,53
	50,0%	16,7%	0,0%	33,3%		33,3%	0,0%	33,3%	33,3%	
7. Estratégias de comercialização	0	0	0	6	1,00	0	0	0	2	1,00
	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%		0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	
8. Qualidade do produto	1	1	0	4	0,72	0	0	0	2	1,00
	16,7%	16,7%	0,0%	66,7%		0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	
9. Capacidade de atendimento (volume e prazo)	0	0	1	5	0,93	0	0	1	1	0,80
	0,0%	0,0%	16,7%	83,3%		0,0%	0,0%	50,0%	50,0%	
10. Outra	0	0	0	2	1,00	0	0	0	2	1,00
	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%		0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	

*Índice = $(0 \cdot N^{\circ} \text{ Nulas} + 0,3 \cdot N^{\circ} \text{ Baixas} + 0,6 \cdot N^{\circ} \text{ Médias} + N^{\circ} \text{ Altas}) / (N^{\circ} \text{ Empresas no Segmento})$

Os dados das tabelas revelam uma insuficiente articulação produtiva que influencia no desenvolvimento local e na construção ações inovadoras para a criação de uma atmosfera local de empreendedorismo e criatividade.

4 – A FALTA DE INFRAESTRUTURA: UMA REIVINDICAÇÃO PERMANENTE

Os entrevistados nas duas pesquisa apontam a precariedade das estradas e falta de transporte como os grandes fatores que necessitam ser superados para viabilizar a execução de projetos que visam o desenvolvimento local.

Esses fatores já foram objeto de discussão em vários fóruns (nacional, estadual, municipal). O relatório do Grupo de Assessoria Internacional (IAG) do Programa Piloto Para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7) analisando o Plano Plurianual (PPA) 2004-2007 na Amazônia destaca:

- A infraestrutura pode abrir novas oportunidades econômicas para a população. Mas o sucesso dessa possibilidade depende de uma série de políticas e medidas integradas que levem em conta as lições do passado e a complexidade atual da região, bem como o rigor de sua execução, capazes de transformar os eixos e a energia em instrumentos de ordenamento do território. Não são as obras de infra-estrutura, a priori, que contribuem para degradação ambiental e os conflitos sociais na região, mas o fato de terem sido executadas sem cuidadosa análise, sem debate com a sociedade regional e sem contemplar ações de ordenamento, prevenção e mitigação dos efeitos perversos.

O Plano Amazônia Sustentável (PAS 2007) relaciona entre os pontos de estrangulamento para o desenvolvimento a infra-estrutura de transporte, o saneamento e à baixa qualificação da mão-de-obra local. Afirma que faltam condições infra-estruturais básicas para viabilizar a economia em muitas localidades, principalmente em termos de acesso à energia, manutenção de estradas vicinais e ramais, melhora da confiabilidade e segurança do transporte fluvial e acesso a comunicação.

As organizações sociais entrevistadas apontam para a necessidade da inserção das comunidades no mercado de bens e serviços, mercado de trabalho, mercado financeiro, acesso às informações, canais de comercialização e a construção de alternativas de novos mercados para produtos locais.

Apesar de planos, programas e projetos voltados para investimentos em infra-estrutura há grandes contingentes populacionais na Amazônia que vivem em áreas isoladas, carentes de estradas, transportes, portos, estrutura de armazenamento, unidades de processamento e distribuição. Entretanto, o isolamento não é o resultado apenas da falta de infra-estrutura, mas também de outros aspectos, analisados anteriormente, como a baixa qualificação e os baixos índices de escolaridade. A superação desses aspectos capacita os indivíduos a vencer outra barreira - o acesso a novas tecnologias, que requerem cada vez mais capacidade interativa dos atores sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades pesqueiras estudadas nas duas localidades tem potencial para surgimento de um aglomerado produtivo,entretanto sua formação ainda depende da capacidade de aprender e inovar, processos indispensáveis para a produtividade e a competitividade dos agentes. A baixa integração de ações cooperativas, a acessibilidade reduzida a certos bens e serviços, a difusão precária das novas tecnologias indicam uma fragilidade para a sustentabilidade dos empreendimentos pesqueiros nas unidades espaciais pesquisadas.

Isso expressa um conjunto de situações que dificulta a melhor utilização dos ativos econômicos pelos indivíduos e pelas empresas para interagirem como forma de ganhar, desenvolver, trocar conhecimentos, informações e outros recursos necessários para a superação de problemas coletivos.

A formulação de políticas públicas que leve em conta o novo conceito de ruralidade e de território rural facilitará a articulação das dimensões urbana e rural de forma orgânica e uma concepção multidimensional (como vem sendo amplamente discutida), na qual o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, o político e as instituições interagem no território favorecendo a cooperação, a geração de conhecimentos, a aprendizado interativo no processo de desenvolvimento local.

Referências

- ABRAMOVAY, R. Funções e Medidas da Ruralidade no Desenvolvimento Contemporâneo. Rio. IPEA. 2000;
- BEZERRA, Paulo e XIMENES, Tereza. **Conflito Social: a importância de uma visão holística**. Texto aceito para publicação na Revista Brasileira de Psiquiatria. Junho de 2009.
- BRANDÃO, C..A. Território e Desenvolvimento : as Múltiplas Escalas entre o Local e o Global. Campinas, SP: Editorada Unicamp, 2007;
- CASTELLS, M. **A sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- CASTELLS, M. **O Poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- CLÉLIO, C.D e LEMOS, M.B. Economia e Território. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005;
- CONTI, S. “Espaço Global versus Espaço Local” in Economia e Território. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p.209 a 285
- DIEGUES, A.C (org) **Povos e Águas**. NUPAUB – USP. 2002
- MCGRATH, D.; CASTRO, F.; CÂMARA, E.; FUTEMMA, C. **Manejo comunitário de lagos de várzea e o desenvolvimento sustentável da pesca na Amazônia**. Novos Cadernos NAEA vol.1, n.2, 1998.
- MCGRATH, D.; PETERS, C.; BENTES, A. J. M. Manejo comunitário para a produção de móveis em pequena escala na Amazônia brasileira. In: ZARIN, D.J. *et al.* **As florestas produtivas nos neotrópicos: conservação por meio do manejo sustentável?** São Paulo, Peirópolis; Brasília: IEB, 2005.
- MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA E SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL – SDT. **Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável** no Brasil, 2005;
- PERICO,R.E E RIBEIRO,M.P **Ruralidade e Territorialidade e Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, IICA. 2005;
- RedeSist, <http://www.ie.ufrj.br/redesist/>. (consultado em abril de 2009)
- RUFFINO, M.L. **Gestão do Uso dos Recursos Pesqueiros na Amazônia**. Pró-Várzea. Manaus. IBAMA,2005.
- SANTANA, A.C. **Relatório de Pesquisa**. Diagnóstico dos APLs de pesca de Bragança e Santarém. Projeto Estruturante do Sistema Estadual de CT&I. Belém, 2007
- XIMENES,T. **Capital Social, Redes Sociais e Inovações Produtivas** in Ambiente & Sociedade. UNICAMP/NEPAM, 2008).
- ZAOUAL, H. **Globalização e Diversidade Cultural**. São Paulo. Cortez. 2003

ANEXO 1



PROJETO

ESTUDO PARA IDENTIFICAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DOS POLOS DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NO ESTADO DO PARÁ.

DIMENSÃO: SÓCIO-CULTURAL

Questionário para obtenção de dados sobre a dimensão sócio-cultural das organizações sociais (associações, cooperativas, sindicatos) visando identificar as redes de relações e o nível de interação dessas organizações em função de arranjos produtivos locais. Fazer um mapa da vida associativa da localidade para observar o nível de interação.

COORDENAÇÃO: Prof. Dra. Tereza Ximenes

PARTICIPANTES: UFPA/NAEA: Adalberto Carvalho Ribeiro, Emina Nery dos Santos, Marília F.Emmi, Ricardo Félix Santana.

SECTAM: Luana Moreira, Mônica Pampolha, Raimunda Reis, Vanda Seixas.

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

PARTE 1

Identificação e Característica da Organização

1.1 Nome da organização:.....

1.2 Ano da criação da organização:.....

1.3 Localização:

Rural 1

Urbana 2

Endereço:.....

Fone: e-mail.....

1.4 Informante (nome).....

Membro da diretoria 1

Associado 2

1.5 Tipo de organização.

Sindicato 1 Numero de membros.....

- | | | |
|-------------|----------------------------|------------------------|
| Associação | <input type="checkbox"/> 2 | Numero de membros..... |
| Cooperativa | <input type="checkbox"/> 3 | Numero de membros..... |
| Empresa | <input type="checkbox"/> 4 | Numero de membros..... |
- 1.6 Motivação para a criação:
- | | |
|-----------------------|----------------------------|
| Decisão da comunidade | <input type="checkbox"/> 1 |
| Sugestão de fora | <input type="checkbox"/> 2 |
- 1.7 Principais atividades da organização:
- | | |
|-----------------|----------------------------|
| Pesca | <input type="checkbox"/> 1 |
| Agricultura | <input type="checkbox"/> 2 |
| Movelaria | <input type="checkbox"/> 3 |
| Outra | |
- 1.8 Financiamento da organização
- | | |
|------------------|----------------------------|
| Os sócios | <input type="checkbox"/> 1 |
| Doações pessoais | <input type="checkbox"/> 2 |
| Doações de fora | <input type="checkbox"/> 3 |
- 1.9 A participação na organização é feita por:
- | | |
|--------------------|----------------------------|
| Convite | <input type="checkbox"/> 1 |
| Escolha voluntária | <input type="checkbox"/> 2 |
- 1.10 Quantos membros dessa organização são:
- da mesma família
 - da mesma localidade
 - do mesmo partido político.....
 - da mesma religião
- 1.11 Formas de escolha dos dirigentes dessa organização
- | | |
|-----------------------------|----------------------------|
| Voto de todos os associados | <input type="checkbox"/> 1 |
| Voto só da diretoria | <input type="checkbox"/> 2 |
| A indicação vem de fora | <input type="checkbox"/> 3 |

PARTE 2

Interação e nível de comunicação

- 2.1 Essa organização trabalha ou interage com outras organizações
- | | |
|---------------------|----------------------------|
| Não | <input type="checkbox"/> 1 |
| Sim, ocasionalmente | <input type="checkbox"/> 2 |
| Sim, freqüentemente | <input type="checkbox"/> 3 |
| Nunca | <input type="checkbox"/> 4 |
- 2.2 Entidades que a organização já teve contato
- | | |
|-------------------|----------------------------|
| Banco do Brasil | <input type="checkbox"/> 1 |
| Banco da Amazônia | <input type="checkbox"/> 2 |
| Banco do Estado | <input type="checkbox"/> 3 |

Sebrae	() 4
Prefeitura Municipal	() 6
Senai	() 7
Embrapa	() 8
Universidade	() 9

2.3 Quais as principais dificuldades para receber assistência técnica ou gerencial de entidades governamentais e outras

Não conhece os serviços disponíveis	() 1
Não possui pessoal técnico qualificado para receber a assistência	() 2
Conhece os serviços mas nunca os procurou	() 3
Os serviços estão em locais distantes	() 4
Encontrou dificuldades de acesso (burocracia, dificuldades de comunicação)	() 5

2.4 O que mais falta na organização:

Acesso à informação	() 1
Acesso à educação	() 2
Recursos materiais	() 3
Outras (identificar).....	

2.5 O que o governo poderia ajudar para melhorar a vida na localidade:

Educação	() 1
Transporte	() 2
Energia	() 3
Financiamento	() 4
Outra (especificar).....	

2.6 Qual é o maior benefício de se fazer parte dessa organização

É importante em situações de emergência	() 1
Beneficia a comunidade	() 2
Prazer / Diversão	() 3

2.7 Quais são as três fontes de informação mais importantes

Parentes, amigos e vizinhos	() 1
Mercado local	() 2
Jornal local ou da comunidade	() 3
Jornal nacional	() 4
Rádio	() 5
Televisão	() 6
Grupos ou associações	() 7

2.8 Há grupos de pessoas na localidade que não conseguem ter acesso a alguns dos seguintes serviços?

Quantos são excluídos?

	1 Somente algumas pessoas 2 Menos da metade localidade 3 Mais de metade da localidade
Educação (escolas)	
Serviços de saúde	
Água tratada	
Rodovias	
Transporte	

PARTE 3

Rede de Relações. Confiança e Solidariedade

3.1 Cite o nome de 5 membros organização com quem você tem mais contato

- a) _____
 b) _____
 c) _____
 d) _____
 e) _____

3.2 Em geral, você concorda ou discorda das seguintes afirmações?

	1. Concordo totalmente 2. Concordo em parte 3. Não concordo nem discordo 4. Discordo em parte 5. Discordo totalmente
Pode-se confiar na maioria dos participantes do grupo	
No grupo, é preciso estar atento ou alguém pode tirar vantagem de você.	
A maioria das pessoas neste(a) localidade estão dispostas a ajudar caso você precise.	
Nesta localidade, as pessoas geralmente não confiam umas nas outras quanto a emprestar e tomar dinheiro emprestado.	

3.3 Você confia nas seguintes pessoas?

	1. Confio muito pouco 2. Confio pouco 4. Confio muito 5. Confio totalmente
Prefeito	

Vereadores	
Comerciantes	
Lideranças Locais	
Representante da Igreja	
Polícia	

3.4 Se de repente você precisasse viajar por um ou dois dias, você poderia contar com seus vizinhos para tomarem conta das suas crianças?

- Definitivamente sim () 1
Provavelmente () 2
Provavelmente não () 3
Definitivamente não () 4

3.5 Você sente que tem poder para tomar decisões importantes, que podem estabelecer melhoria na sua localidade?

- Totalmente incapaz de mudar minha vida () 1
Um pouco incapaz de mudar minha vida () 2
Capaz de mudar minha vida () 3

3.6 Nos últimos 12 meses, quantas vezes as pessoas nesta localidade se reuniram para entregar conjuntamente uma petição a membros do governo, ou a líderes políticos, pedindo algo em benefício da comunidade?

- Nunca () 1
Uma vez () 2
3 a 5 vezes () 3
Mais de 5 vezes () 4

3.7 Na sua localidade, considerando a renda das pessoas ela são:

- Extremamente diferentes () 1
Muito diferentes () 2
Relativamente diferentes () 3
Pouco diferentes () 4
Muito pouco diferentes () 5

3.8 Quais são as três diferenças que mais frequentemente causam problemas?

- Diferenças de educação () 1
Diferenças de posse de terras () 2
Diferenças de riqueza/posses materiais () 3
Diferenças de posição social () 4
Diferenças entre homens e mulheres () 5
Diferenças entre gerações mais jovens e gerações mais velhas () 6
Diferenças entre moradores antigos e novos moradores () 7
Diferenças de filiação política () 8
Diferenças de crenças religiosas () 9

Observações complementares: